



A FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS AO COMBATE ÀS ENCHENTES DO RS

Ana Júlia Pimentel Koch¹
Joana Tamiozzo Jung²
Cristina Guterres³

Instituição: Colégio Sagrado Coração de Jesus

Modalidade: Relato de Pesquisa

Eixo Temático: Ciências Humanas e suas Tecnologias

1. Introdução

Neste estudo mostraremos como a inoperância estatal pode ser uma problemática, uma vez que quando o Estado não cumpre com sua função social e não dá a devida atenção com os recursos suficientes, podem ocorrer tragédias climáticas como as inundações que recentemente ocorreram no Rio Grande do Sul.

Neste sentido, a pergunta que norteia esta pesquisa é: as políticas públicas favorecem o combate às enchentes? Sendo assim, o objetivo é mostrar como a negligência governamental pode prejudicar uma nação se não tomar as medidas necessárias para impedir que as mudanças climáticas não transcorram a uma provável enchente. Tendo isso em vista, este trabalho justifica-se porque é importante que se discuta sobre medidas de prevenção a possíveis catástrofes, para que situações semelhantes não aconteçam mais.

2. Procedimentos Metodológicos

As políticas públicas são ações e programas desenvolvidos pelo Estado para garantir os direitos previstos na Constituição Federal entre outras leis, e com atividades de coordenação estatal podemos superar os problemas causados pelas enchentes do Rio Grande do Sul. Tendo em consideração os fatos apresentados, esta pesquisa terá uma abordagem teórica, sendo sustentada pelos autores: Pena-Vega, Alfredo (2023); Rechmann, Aline (2024).

3. Resultados E Discussões

Como estímulo para nossa pesquisa, utilizamos a fala da Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e mudanças de Clima. Ela afirma, entre outras palavras, que a tragédia causada pelas enchentes do Rio Grande do Sul é “resultado da liberação de grandes quantidades de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera”, afetando a temperatura da Terra.

¹ Aluna Ana Júlia Pimentel Koch do CSCJ, ajpimentelkoch@gmail.com.

² Aluna Joana Tamiozzo Jung do CSCJ, jotamiozzojung@gmail.com.

³ Professora Cristina Guterres do CSCJ, cristina.guterres@cscj-ijui.com.br.



A ministra também disse que passou a vida trabalhando em questões climáticas, mas sua voz não foi ouvida, afirmou assim Marina Silva

Isso é o que tenho feito durante toda a minha vida, mas infelizmente a humanidade não atendeu aos avisos que temos feito há mais de 40 anos. Desde a Rio 92 (conferência que consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável e discutiu um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico), a ciência e os ambientalistas têm dito que é possível impedir grandes quantidades de carbono. Emissões imediatas de dióxido de carbono, caso contrário estaríamos na situação que vivemos hoje” (Rechmann, 2024)

Por meio do livro, “Os sete saberes necessários à educação sobre as mudanças climáticas”, escrito por Alfredo Pena-Vega, percebemos vários questionamentos válidos para a nossa pesquisa, como por exemplo: “Nossa tese principal é: como nós traduzimos, defendemos, educamos e intervimos? Quais ensinamentos podemos tirar do trabalho efetuado em nossas regiões mais atingidas?”

A partir deste questionamento observamos que desde 2012 temos a Lei nº 12.608/2012, que foi o marco jurídico da política pública de proteção de riscos e minimização de desastres e que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), nela se prevê o desenvolvimento intergovernamental de um conjunto de ações de prevenção. Apesar de representar avanços legais, a operacionalização desta política enfrenta inúmeros desafios, o que contribui para que as respostas a tragédias como a ocorrida no Rio Grande do Sul sejam mais lentas, descoordenadas e menos eficazes, além de não ajudar no desenho de um bom planejamento que embase ações de prevenção.

Durante a pesquisa realizada, destacamos que o atual Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, afirmou que não investiu mais recursos na prevenção de desastres pois “vive outras agendas” e acrescentou que o papel dele como governador não era de fazer análises políticas, e sim de resolver o problema e acrescentou que necessita juntar forças, inclusive do Governo Federal. Em contrapartida, o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou antecipadamente que vai apoiar essa missão de reconstrução do RS para poder atender as necessidades da população. (Gouveia, 2024).

No Jornal Brasil de Fato foi feito um documentário chamado: “O rio só quer passar”, que retrata o impacto social das enchentes no RS e conta com depoimentos de moradores de áreas urbanas, assentados da reforma agrária, indígenas e quilombolas. Para produzir o documentário, o noticiário percorreu durante uma semana as áreas mais devastadas nas cheias extremas de maio, nas regiões de Porto Alegre e do Vale do Taquari.

Embora muito duros de ouvir, os relatos que colhemos mostram que os atingidos não são só atingidos. Eles também têm muito a dizer sobre soluções para a questão climática. O que mais nos comoveu foi a solidariedade popular de quem perdeu tudo, contou Murilo Pajolla, repórter do BdF que trabalhou no filme (Shimomura, 2024).

Com a ajuda de alguns alunos, conseguimos entrevistar moradores de uma das



regiões afetadas pelas inundações, mais especificamente de Canoas. Segue abaixo o que responderam:

1. Como você acha que o Estado lidou com as enchentes? Teve apoio governamental?

Tivemos dificuldades nas questões voltadas para chegar em todos os atingidos, mesmo com apoio. Mas foi algo surreal.

2. Hoje em dia, como Canoas/Estado está lidando com isso?

Dentro do possível conseguiu realizar a limpeza das ruas e está buscando aos poucos restabelecer os serviços.

3. Recebeu algum auxílio após cheias? (Tanto financeiro como psicológico, etc...)

Sim, recebemos.

4. Na sua visão, o governador (Eduardo Leite) deu apoio e tomou medidas significativas suficientes?

Sim. Suficientes não, pois isso tem haver com uma mudança cultural e educacional.

5. Vimos em algumas reportagens relatos de moradores recebendo contas de luz exorbitantes, como está para vocês? Foram afetados? Se não, conhecem alguém que foi?

Não, a única cobrança que foi dada para as pessoas foi do CadÚnico, que estão isentas por 6 meses.

6. Como a Corsan está lidando com isso? Mudou muito comparado ao período anterior às enchentes?

Seguem igual os valores.

Interligada a uma das perguntas da pesquisa (pergunta de número 5), conseguimos encontrar moradores sendo altamente cobrados pelas contas de luz, diferentemente do que o governo havia divulgado. Temos como exemplo os moradores de Canoas, que receberam conta de água com valores que chegam até R\$1 mil. Morador Arildo Gavinski desabafa ao lado da esposa Luciana:

É injusto. A gente voltou para casa há 10 dias, a casa tá sem forro, eu trabalho por conta e, nesse período, fiquei sem trabalhar. Estou tentando arrumar, recuperar a casa, para gente voltar a ter as coisas que a gente tinha antes, mas, logo que a gente chega, vem a Corsan com uma cobrança dessas daí. Arildo e Luciana foram cobrados em R\$1.023 pelo consumo de água, mesmo a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) tendo anunciado isenções para atingidos pelas enchentes (Silva, 2024).

Diante as reclamações, a Corsan se pronuncia dizendo:

Os consumidores que tiverem problemas em suas contas devem



4. Considerações Finais

Conclui-se, portanto, que a temática abordada — a ausência de políticas públicas voltadas ao combate às enchentes no Rio Grande do Sul — revela-se de grande relevância, uma vez que sua discussão e enfrentamento são fundamentais para prevenir a recorrência de desastres semelhantes no futuro.

O estudo das políticas públicas é importante porque ajuda a sociedade e os governos a tomar melhores decisões, e porque permite aos cidadãos acompanhar a implementação de ações efetivas. As políticas públicas são programas e ações desenvolvidas pelo Estado para garantir os direitos previstos na Constituição Federal e em outras leis. Elas são importantes porque:

1. Afetam diretamente o dia a dia da população, otimizando serviços públicos como saúde, educação, segurança e infraestrutura urbana.
2. Contribuem para a fiscalização dos poderes públicos, pois o conhecimento sobre elas permite aos cidadãos acompanhar a implementação de ações efetivas.
3. Ajuda a criar uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos os membros possam desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades.
4. Podem resultar em melhorias concretas na qualidade de vida da população, como aumentos na expectativa de vida, redução da pobreza, melhor acesso à educação e saúde de qualidade.
5. As políticas públicas servem de ferramenta para implementar mudanças progressivas na sociedade. Elas podem ser usadas para tratar questões que afetam todos os cidadãos, como a saúde, a educação, o meio ambiente e serviços públicos.

Da mesma forma, o estudo das enchentes é importante para mapear a vulnerabilidade dos municípios a desastres ambientais e para reduzir os danos causados por esses eventos. Os estudos de risco permitem entender como a ameaça se distribui no território e qual a sua magnitude. Com esses dados, é possível montar cenários de obras que possam amenizar as inundações.

Sendo assim, a combinação de medidas estruturais e não estruturais pode reduzir significativamente os danos causados por enchentes e inundações. As enchentes podem causar diversos prejuízos, como: perdas humanas, perdas econômicas, como a perda de objetos, máquinas e equipamentos, riscos à saúde, como infecções e acidentes com animais peçonhentos e também, impactos ambientais, como a remoção de cobertura vegetal, assoreamento de cursos d'água e poluição.

5. Referências

SIMÕES, Janaína. **Enchentes no Rio Grande do Sul mostram que política pública de gestão do risco de desastres é falha no Brasil**. Centro de Estudos da metrópole, 2024. Disponível em: [<https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/noticia/enchentes-no-rio-grande-do-sul-mostram-que-politica-publica-de-gestao-do-risco-de-desastres>]. Acesso em: 05 ago. 2024.

GOUVEIA, Aline. **Eduardo Leite reconhece que estudos alertaram riscos de enchentes no RS**. *Correio Braziliense*, 2024. Disponível em: [<https://www.correio braziliense.com.br/politica/2024/05/6860561-eduardo-leite-reconhece-que-estudos-alertaram-riscos-de-enchentes-no-rs.html>]. Acesso em: 22 ago. 2023.

SHIMOMURA, Vitor. 'O rio só quer passar': novo documentário do BdF mostra ponto de vista dos atingidos pelas enchentes no RS. *Brasil de fato*, 2024. Disponível em: [<https://www.youtube.com/watch?v=rTQPE5RUuAw&t=653s>] Acesso em: 22 ago. 2024.

SILVA, Mary. **Conta de água de R\$ 1 mil: moradores de Canoas atingidos por enchente recebem cobrança após voltar para casa**. G1, 2024. Disponível em: [<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/07/16/conta-de-agua-de-r-1-mil-moradores-de-canoas-atingidos-por-enchente-recebem-cobranca-apos-voltar-para-casa.ghtml>]. Acesso em: 22 ago. 2024.

PENA-VEGA, Alfredo. **Os sete saberes necessários à educação sobre as mudanças climáticas**. São Paulo: Cortez editora, 2023. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=9ELAEAAAQBAJ&pg=PT7&source=kp_read_button&hl=pt-BR&newbks=1&newbks_redir=0&gboemv=1&ovdme=1&redir_esc=y#v=onepage&q&q&f=false]. Acesso em: 29 ago. 2025.

RECHMANN, Aline. **Após críticas a Bolsonaro, Marina Silva diz que a tragédia no RS é consequência do CO2**. *Gazeta do povo*, 2024. Disponível em: [<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/apos-criticas-a-bolsonaro-marina-silva-diz-que-e-tragedia-no-rs-e-consequencia-do-co2/>]. Acesso em: 26 jun. 2024.